

## **IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NA REFORMULAÇÃO DO PAPEL SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL**

Edna Porto da Silva-PPGE&D/UFSM- [ednaportos@hotmail.com](mailto:ednaportos@hotmail.com)

Rafael Bastos Vilarinho - PPGE&D- [rafaelvilarinho@live.com](mailto:rafaelvilarinho@live.com)

Giuliano Manera Longhi -PPGE&D- [giuliano.longhi@hotmail.com](mailto:giuliano.longhi@hotmail.com)

**Eixo temático:** Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas.

### **RESUMO**

Historicamente as mulheres sempre sofreram com as desigualdades de gênero, tendo seu papel social colocado em segundo plano, como aponta Thorstein Veblen em sua literatura. As mulheres teriam seus papéis limitados à submissão aos homens, aos seus pais enquanto solteiras, e aos maridos depois de casadas. O domínio dos homens sobre as mulheres seriam assim o primeiro tipo de propriedade. Essa formação Institucional de família, centralizada na figura do homem como chefe de família perdurou por muitos anos, e permanece predominante até hoje. Entretanto nos últimos tempos cresceu o número de estudos que comprovam como as mulheres têm uma enorme capacidade de serem vetores de transformações sociais, devido sua capacidade de agente, desde que possuam liberdade e autonomia. Um exemplo é a realização de empréstimos de microcrédito destinados as mulheres na zona rural de Bangladesh. As mulheres atuariam como fomentadoras de ações de desenvolvimento. Essa é a perspectiva levantada por Amartya Sen para que se fomenta o desenvolvimento social e humano baseado na expansão das capacidades, focalizando as ações de políticas públicas sobre as mulheres. O objetivo desse trabalho então foi observar e analisar se o exemplo do Bolsa Família, como política pública de transferência de renda condicionada, que destina a titularidade dos benefícios para as mulheres, são exemplos de ações que ajudam a transformar o cenário de desigualdade de gênero e revolução contra o patriarcado. No trabalho em questão foi observado que as mulheres, principalmente de baixa renda, estão se tornando cada vez mais chefes de famílias, papel antes exclusivo dos homens.

**Palavras-chave:** mulheres; desenvolvimento; autonomia.

## INTRODUÇÃO

A situação de submissão e privação das mulheres em relação aos homens, e como seres incapazes sempre foi romantizada pela literatura, basta percorrer um pouco sobre os mais clássicos escritos de Jane Austen, ou José de Alencar <sup>1</sup> que veremos como eram caracterizadas as obrigações femininas de servirem a seus pais e maridos.

As bases históricas para esse modelo patriarcal de família são narradas por Veblen (1898) como algo predominante na história, apontando que o surgimento da mulher como propriedade se deu nas sociedades mais bárbaras, e que foi institucionalizado no decorrer dos períodos.

Mesmo que desvalorizar o papel das mulheres seja um hábito tão antigo, e ainda vigente em países da Ásia e América Latina aqui incluído o Brasil, mais predominantemente, como aponta Sen (2000), há espaços para mudanças sociais que favoreçam a igualdade entre os gêneros?

O que se observou na literatura sobre o Desenvolvimento, ancorado na abordagem das capacitações de Amartya Sen, durante o século XX e início do XXI (Sen, 1993, 2000), é que é preciso aproveitar o caráter de agente das mulheres a fim de promover não apenas a autonomia e liberdade delas, mas da sociedade como um todo.

---

<sup>1</sup> Autores de livros como *Orgulho e Preconceito*, e *Senhora*, respectivamente, que narram as relações patriarcais vigentes no final do século XIX

As experiências de destinação de microcrédito à mulheres pobres em países da Ásia, foram bastante positivas para a promoção do desenvolvimento local de comunidades rurais e urbanas muito pobres, como foi o exemplo do *Grameen Bank*, um banco criado pelo economista bengalês Muhammad Yunus<sup>2</sup> que fornecia empréstimos de pequenos valores para mulheres pobres da sua terra natal. Os resultados resultaram no prêmio Nobel da Paz para o economista em 2006, pelos seus resultados no combate a pobreza e autonomia feminina.

E é justamente isso que as políticas públicas de transferências de renda no Brasil, vem tentando realizar, intencionalmente ou não. Ao buscar diminuir a pobreza extrema, e ao focar a titularidade dos benefícios no nome das mulheres, fomentam o desenvolvimento humano aproveitando o caráter de agente transformador que as mulheres possuem (SEN, 2000).

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal exemplo desse tipo de política. Com cerca de 92% dos titulares como mulheres, o programa vigente desde 2003 traz consigo transformações nas organizações familiares até então desconhecidas (BRASIL, 2016).

O objetivo desse trabalho é verificar se o PBF, como política pública que se direciona a mulheres e crianças, está contribuindo na reformulação do modelo tradicional e patriarcal, de organizações familiares, centradas na figura masculina como ‘chefe’ da casa.

Para tal objetivo foram realizadas revisões de literatura, sobre o caráter de segundo plano sempre destinado as mulheres, bem como sobre o papel delas enquanto agentes ativos no processo de expansão das capacitações, além da análise dos dados sobre as mudanças históricas observadas após a implementação do PBF.

O trabalho está dividido, além desta breve Introdução; seção 1 trata sobre a questão da institucionalização e naturalidade do processo feminino a partir dos escritos de Thorstein Veblen; a seção 2 uma revisão sobre os conceitos de desenvolvimento da abordagem das capacitações de Amartya Sen focando no papel das mulheres; e na seção 3 uma análise sobre o PBF no Brasil enquanto fomentador da autonomia feminina e como insumo para as transformações nas organizações familiares; e por fim as considerações finais.

---

2 Toda a sua experiência é narrada no Livro '*O banqueiro dos Pobres*'.

## 1. A ABORDAGEM DE THORSTEIN VEBLEN SOBRE AS MULHERES

Como um dos “pais” da Velha Economia Institucional, Thorstein Veblen era um crítico da economia tradicional neoclássica, segundo a qual era fundamentada em preceitos e axiomas pouco realísticos, como a do agente racional *homo economicus*, passando a defender então a Ciência Econômica como uma Ciência Evolucionária, ancorada nos processos e sequências de transformações. Essa evolução se daria a partir de mudanças nos hábitos mentais, que quando compartilhados formariam então as Instituições (VEBLEN, 1989).

Veblen realiza suas contribuições utilizando-se de método analítico e histórico, o que era passível de crítica pelo *mainstream* da economia. Em uma de suas principais obras, *A Teoria da Classe Ociosa*, o autor mesmo aponta que sua análise é realizada sem muitos aportes de citações, uma vez que é feita a partir de uma análise histórica onde qualquer pessoa poderia comprová-la apenas observando a realidade (VEBLEN, 1899).

De tal modo, Veblen realiza contribuições significativas para explicar a situação das mulheres ao longo dos períodos de evolução por ele analisados, em dois principais trabalhos: *A Teoria da Classe Ociosa* de 1899, citada anteriormente e; *The Barbarian status of women* de 1898.

Segundo Veblen (1899) uma das primeiras formas de propriedade, seria a propriedade que os homens tinham sobre as mulheres no período bárbaro. Inicialmente como prisioneiras de guerra, as mulheres eram como troféus para os homens que saíam vitoriosos das batalhas.

Veblen (1899) atenta para as diferenças físicas e psicológicas que homens e mulheres tem, ou poderiam ter, como determinantes em suas diferentes alocações nas divisões dos trabalhos, considerando que devido a essas diferenças os homens exerciam funções de cunho necessário para a sobrevivência dos grupos, como a caça, a guerra ou os esportes, enquanto as mulheres realizavam serviços rotineiros e sem prestígio.

De modo que, as façanhas honráveis eram destinadas aos homens, porque em tese eles eram os únicos capazes para tais atividades, e as mulheres como seres incapazes eram destinadas a atividades menosprezadas, e rotineiras, e além disto, essas atividades não eram de modo algum realizadas pelos homens, para que não houvesse desonra para eles, uma vez que deveriam manter seu status de agentes superiores, e nas palavras de Veblen “não se infectarem” com serviços tão banais, (VEBLEN, 1898).

Essas diferenciações eram observadas inclusive nas formas alimentares dos grupos bárbaros, uma vez que acreditava-se que se os homens se alimentassem como as mulheres teriam suas capacidades afetadas e deterioradas (VEBLEN, 1898).

Veblen (1988) aponta então como esse tipo de coerção de homens sobre mulheres passa a ser aceito socialmente, durante a evolução histórica, como uma Instituição clara de como deveriam ser os relacionamentos entre homens e mulheres, tão aceito que era considerado como a única forma aceitável de relação, e tratado como um gesto de benevolência para com as mulheres, onde as mesmas deveriam se orgulhar de serem cativas, em uma forma de casamento-propriedade.

O casamento-propriedade é considerado para Veblen (1899) uma das primeiras junções de instituições, onde a mulher ainda é considerada como propriedade, onde formavam-se assim estruturas familiares onde a chefia era única e exclusivamente função do homem, e a esposa era tida como uma escrava para o marido, que anteriormente deveria ter sido escrava do seu pai.

## **2. DESENVOLVIMENTO, LIBERDADE E DESIGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS**

Já no século XX as preocupações entre as disparidades entre os gêneros se mantêm, Sen (2000) atenta-se as diferenças observadas entre homens e mulheres, não apenas no sentido salarial, mas no arranjo familiar e social, em termos educacionais e de divisão do trabalho familiar. Essa desigualdade é analisada a partir da sua abordagem da expansão das capacitações.

O enfoque da expansão das capacitações, segundo Sen (1993) se resume a uma forma normativa de análise do desenvolvimento humano, onde as pessoas passam de meios para fins últimos, ou seja, agrega-se a ideia de que o bem-estar é muito além do sentido tradicional econômico, que considera unicamente o crescimento da *renda per capita* média.

“The particular line of reasoning that will be pursued here is based on evaluating social change in terms of the richness of human life resulting from it. But the quality of human life is itself a matter of great complexity. The approach that will be used here, which is sometimes called the “capability approach”, sees human life as a set of “doings and beings”—we may call them “functionings”—and it relates the evaluation of the quality of life to the assessment of the capability to function. It is an approach that I have tried to explore in some detail, both conceptually and in terms of its empirical implications.”(Sen, 1993, p. 3)

Segundo Sen (1993) o desenvolvimento se dará então a partir da oportunidade de realização um conjunto de efetivações, que sejam valorizadas de acordo com as diferentes avaliações de cada indivíduo, formando assim um conjunto de capacitações, quando um indivíduo não consegue realizar alguma dessas efetivações ele torna-se privado, uma vez que: *“Capability reflects a person’s freedom to choose between different ways of living”*. Liberdade de ter e fazer escolhas.

De modo que, Sen (2000) considera o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que um indivíduo possui, onde as ações das políticas devem ser direcionadas justamente para garantir que haja a seguridade dessas liberdades. E que estas são determinadas de acordo com cinco aspectos: liberdades políticas, disponibilidade econômica, oportunidades sociais, garantias de transparência e proteção da segurança.

Ao objetivo deste trabalho devemos nos atentar as oportunidades sociais, que segundo Sen (2000) estão relacionadas aos meios em que as sociedades organizam-se para garantir educação e saúde, como vetores fundamentais para garantir que os indivíduos vivam melhores.

A partir dessa perspectiva das capacitações, surgem métodos de medição, principalmente referentes a desigualdades e pobreza, que não se limitam apenas as diferenças de rendas, mas agregam indicadores de qualidade de vida ancorados nas capacitações e liberdades humanas, o que torna a medição por si só muito complexa (SEN, 1993).

Para Sen (2000) a pobreza é considerada uma privação das capacitações básicas, e não apenas uma renda baixa, atentando-se que as ideias aqui não são excludentes, uma vez que pessoas que possuem rendas muito baixas podem por consequência ter diversas privações de capacitações.

Sen (2000) considera que a análise da pobreza quanto a privação das capacitações é especialmente importante devido a relação instrumental entre elas serem de caráter variável, entre os diferentes grupos ou até mesmo famílias e comunidades, uma vez que o impacto que a renda tem sobre as capacitações desses indivíduos vai diferir, e isso é algo que influencia justamente a elaboração e avaliação de políticas de combate a pobreza.

Essa variação do impacto da renda sobre as capacitações pode se dar devido a questões de idade, gênero, localização geográfica, e por outras questões que as pessoas não exercem total controle, de modo que a “pobreza real” pode se apresentar de forma mais profunda do

que o que reflete a renda, e é de extrema importância ao fazer focar as políticas justamente nessas pessoas que tem mais dificuldade em transformar renda em capacitações (SEN, 2000).

Sen (1993) atenta-se ao fato de que *“approach of utility-based evaluation is particularly limiting in this context”*, uma vez que em algumas sociedades essas desigualdades são aceitáveis e normais de acordo com a organização familiar, e isso pode interferir no autoconhecimento dos indivíduos sobre seus níveis de bem-estar.

“The presence of objective deprivation in the form of greater undernourishment, more frequent morbidity, lower literacy etc. cannot be rendered irrelevant just by the quiet and ungrumbling acceptance of women of their deprived conditions.” (SEN, 1993, p. 12).

Sen (1993) aponta que uma das desigualdades mais complicadas de se avaliar é justamente a de gênero, mesmo sabendo que historicamente existem evidências que deixam claro que pessoas do gênero feminino em diferentes idades sofrem de mais privações do que os do gênero masculino, tanto em países desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, não existe um consenso sobre quais os indicadores devem ser levados em conta para avaliar essas desigualdades.

Ao longo das constatações realizadas, Sen (1993) aponta que principalmente em países em desenvolvimento, as mulheres apresentam-se como indivíduos muito mais privados do que os homens, em termos de nutrição e acesso a saúde, e também de educação, o que afeta diretamente as questões de sobrevivências destas.

É justamente observando essas desigualdades sobre liberdades de homens e mulheres que Sen (2000) aponta a importância do papel de agente das mulheres, uma vez que por muito tempo a pauta de reivindicações feministas baseava-se exclusivamente em questões de melhorias do bem-estar feminino, de justiça. Entretanto, agregando-se a noção de justiça, cresce a necessidade de incluir “o papel ativo da condição de agente das mulheres”, onde estas passam a ser consideradas vetores de mudanças capazes de realizar transformações reais nos meios em que estão inseridas.

“Ver os indivíduos como entidades que sentem e têm bem-estar é um reconhecimento importante, mas ficar só nisso implica uma concepção muito restrita da mulher como pessoa. Portanto, compreender o papel da condição de agente é essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis: nós não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar por agir de um modo e não de outro. Assim nós – mulheres e

homens – temos de assumir a responsabilidade por fazer ou não fazer coisas. Isso faz diferença, e precisamos atentar para essa diferença.”(Sen, 2000, p. 221)

Sen (2000) observa que, as mulheres, ao terem seus papéis de agente limitado acabam por afetar “gravemente a vida de todas as pessoas” e é justamente por isso que existe uma necessidade urgente de terem formulações políticas que se voltem justamente para a condição de agente delas, não apenas pelo argumento da extinção das desigualdades entre os gêneros, mas também porque os resultados de pesquisas empíricas mostram que ao se proporcionar meios para promoção do bem-estar das mulheres relacionam-se questões como o poder de conseguir renda própria, trabalhar fora, estudar, e ter participação nas decisões familiares, de modo que em todos esses diferentes aspectos o resultado “em comum é sua contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres”.

Quando uma mulher consegue auferir renda, segundo Sen (2000) isso resulta num impacto tanto familiarmente quanto socialmente, uma vez que torna-se mais visível a atuação dela no meio familiar.

Mas não apenas em questões financeiras o impacto da mulher enquanto agente é positivo, elas conseguem se tornar pessoas independentes, além de afetar positivamente as pessoas com quem se relacionam, um dos principais exemplos é a vida das crianças, uma vez que foi observado que quanto mais autonomia no poder das mulheres, maiores as reduções de mortalidade infantil, além disso a inclusão de mulheres nos âmbitos das discussões e planejamentos sociais afetam diretamente as considerações a cerca do planejamento familiar com efeitos diretos sobre as taxas de fecundidades (SEN, 2000).

Sen (2000) aponta que devido as organizações familiares, onde o homem, por convenções sociais vigentes, tem papel mais ativo de decidir sobre recursos da família a serem administrados, ou sobre decisões particulares sobre a vida dos filhos, a mulher teria suas ações e decisões em segundo plano, e que isso é passível de mudança através, justamente, do aumento da autonomia feminina, principalmente financeira no âmbito familiar.

“As disposições que regem o compartilhamento na família são dadas, em grande medida, por convenções estabelecidas, mas também sofrem influência de fatores como o papel econômico e o ganho de poder de mulheres e os sistemas de valores da comunidade. Na evolução dos sistemas de valores e das convenções da divisão intrafamiliar, a educação, o emprego e os direitos de propriedade das mulheres podem exercer um papel importante, e essas características “sociais” podem ser cruciais para os destinos econômicos (bem como para o bem-estar e a liberdade) dos diversos membros da família.”(Sen, 2000, p. 225)



Sen (2000) considera , assim como Veblen (1898), que esse papel central do homem na família é corroborado pelo seu caráter de imposição de respeito, e que por isso seria considerado o provedor, mesmo com evidências de que mulheres que tem suas rendas independentes contribuem mais para as decisões familiares.

Mesmo que as mulheres exerçam seus trabalhos domésticos não remunerados, mas de essencial importância para o funcionamento da casa e da família, essa contribuição não é reconhecida, entretanto quando elas trabalham fora e contribuem financeiramente no âmbito familiar, já passam a ter um maior reconhecimento, com papel mais central nas decisões, inclusive facilitando a distribuição intrafamiliar para as gerações de meninas futuras (SEN, 2000).

Uma outra característica feminina obtida a partir de uma maior autonomia diz respeito a queda na taxa de fecundidade, para Sen (2000) isso se deve justamente a destinação do tempo para outros interesses, e assim evitar gestações.

### **3. O BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO SOBRE AS QUESTÕES FEMININAS**

Segundo as informações disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social , o Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de combate à pobreza extrema no Brasil, foi criado em 2003<sup>3</sup>. Consiste num programa de transferência de renda com condicionalidades, de modo que os beneficiários devem cumprir uma agenda de contrapartidas para se manterem no programa. Os beneficiários do PBF todos recebem mensalmente uma quantia em dinheiro que é transferido diretamente pelo governo federal (BRASIL, 2016).

O PBF é direcionado para famílias que encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, onde as famílias não podem ter renda per capita superior a R\$ 85,00 mensais, ou entre R\$ 85,00 e 170,00 , quando existem crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos (BRASIL, 2016).

O cadastro é feito a partir da inserção dos beneficiários no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, onde é feita então uma avaliação para a concessão do

---

<sup>3</sup> O Programa como Bolsa Família foi fundado em 2003, porém o mesmo é uma junção de programas de transferência de renda anteriores, como Bolsa Escola, Vale gás, PETI, etc.

benefício, que leva em conta tanto o orçamento do PBF quanto a estimativa municipal de famílias que se enquadram (BRASIL, 2016).

Segundo o MDS valor básico do benefício é de R\$ 85,00 reais mensais, com algumas variações; R\$ 39,00 reais a mais para cada criança ou adolescente entre 0 e 15 anos; R\$ 39,00 a mais caso a mulher esteja gestante; R\$ 46,00 a mais para cada adolescente entre 16 e 17 anos; conta-se também com um auxílio de mais R\$ 85,00 reais caso a renda per capita mesmo depois dos programas continue abaixo dos R\$ 85,00 reais (BRASIL, 2016).

As condicionalidades do PBF estão no âmbito da educação e saúde; no primeiro os responsáveis devem manter crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos devidamente matriculados nas escolas, e com frequência mínima de 75%; já na saúde a carteira de vacinação deve estar em dia com o cronograma do Ministério da Saúde, e com acompanhamento pré-natal atualizado para as gestantes (BRASIL, 2016).

O Gráfico 1 apresenta as variações históricas do número total de pessoas em situação de extrema pobreza e seu percentual. É possível observar que houve uma redução de 8,6% para 2,5% da população em extrema pobreza, e uma redução significativa justamente ligada aos programas de transferência de renda.

**Gráfico 1 : População com rendimento domiciliar per capita de até R\$70,00- Brasil**



Fonte: DataSocial

Observa-se então que o PBF não é apenas um programa que transfere renda, mas, intencionalmente ou não, é um tipo de política pública que acaba por fomentar as capacitações dos indivíduos.

Uma das principais características do PBF, que o diferencia, é que o mesmo destina a titularidade do benefício para as mulheres, segundo Campello (2013) as mulheres somam cerca de 92% de titularidade do PBF, atribuindo a elas o fato de serem mais responsáveis na administração financeira, do que os homens.

Esse direcionamento do PBF para as mulheres surge como algo inovador para as políticas públicas brasileiras, as mulheres passam a ter um maior papel nos arranjos familiares, e ao contrário dos mitos sobre o programa, onde propagou-se que as beneficiárias teriam mais filhos para aumentar o valor de seus benefícios, o que se observou foi que as taxas de fecundidade delas caíram, um outro mito desmitificado foi o de que os gastos realizados pelas famílias beneficiárias seriam imprudentes, o que não aconteceu de fato, provou-se que na verdade as famílias tornaram-se mais organizadas e passaram a se planejar melhor financeiramente depois do PBF (CAMPELLO, 2013).

Voltando a questão feminina, Rego & Pizani (2013 *apud* Melo 2014) apontam como a renda regular trouxe uma autonomia as mulheres que até então era desconhecida no Brasil, com efeitos de “autorrealização e autodeterminação” que influenciaram os aspectos morais bem como de autonomia cidadã, os beneficiário em geral se viram enquadrados como membros de um grupo, em especial as mulheres.

“[...] o recebimento da renda monetária regular traz consigo transformações éticas, sociais e políticas imprescindíveis. Muito mais do que garantia mínima à manutenção da vida, o dinheiro, dessa perspectiva, tem antes um efeito desreificante, que, entre outras coisas, desnaturaliza as relações patriarcais dominantes e dá início a processos de libertação das mulheres diante do controle masculino familiar.”(Rego & Pizani, (2013 *apud* Melo 2014 p. 217)

Essa autonomia perpassa então pela capacidade e liberdade dos indivíduos em terem escolhas e a opção de realizarem suas próprias escolhas, “ser capaz de cuidar de si e de sua família” (REGO & PIZANI (2013 *apud* MELO 2014).

E é justamente isso que vem ocorrendo com as mulheres no Brasil, na Tabela 1 estão os valores e os percentuais, entre os anos de 1995 e 2014, de famílias que são chefiadas por mulheres. Observa-se que em quase vinte anos os valores passaram de pouco menos de 23%

para quase 40%, o que sinaliza um salto enorme, sobre as mudanças nas configurações familiares, que eram essencialmente centradas na figura masculina.

**Tabela 1: Família chefiadas por mulheres, valores totais e percentuais**

Ano	Quantidade de famílias	Percentual %
1995	9 555.110	22,9
1996	10.288.269	24,3
1997	10.881.760	24,9
1998	11.624.198	25,9
1999	12.291.554	26,1
2001	13.982.904	27,4
2002	14.838.436	28,4
2003	15.471.420	28,8
2004	16.460.011	29,4
2005	17.506.801	30,5
2006	18.3762.45	31,3
2007	19.581.043	32,9
2008	21.234.921	34,8
2009	21.950.004	35,1
2011	24.175.166	37,4
2012	25.244.892	38,1
2013	26.333.750	38,8
2014	27.715.330	39,8

Fonte: Elaboração própria com os dados do Retratos das desigualdades de gênero e Raça do Ipea

Na Tabela 2 apresentam-se os dados, em percentuais, sobre as chefias de família de mulheres, de acordo com a renda familiar. Observa-se que diminuiu o percentual de famílias chefiadas por mulher que possuíam até um salário mínimo como renda familiar, demonstrando que as famílias mais pobres são as que mais são chefiadas por mulheres, e que houve um expressivo aumento das famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos, o que demonstra que as mulheres obtiveram ganhos reais de salários nos anos apresentados, o que aponta mais uma vez para uma nova reconfiguração no âmbito familiar, tanto quanto a chefia, quanto aos rendimentos das mulheres.

**Tabela 2: Percentual de famílias chefiadas por mulheres de acordo com as rendas**

Ano	Até 1 SM	Acima de 1 a 3 SM	Acima de 3 a 5 SM	Acima de 5 a 8 SM	Acima de 8 SM
1995	73,6	19,2	3,9	1,8	1,5
1996	72,0	20,1	4,2	2,0	1,7
1997	71,8	20,6	4,0	2,1	1,6
1998	70,5	21,6	4,3	2,0	1,6
1999	73,1	19,6	4,0	2,0	1,4
2001	71,4	21,4	4,1	1,8	1,3
2002	71,4	21,5	3,8	2,0	1,4
2003	73,3	20,5	3,6	1,6	1,0
2004	72,3	21,3	3,6	1,6	1,2
2005	68,7	24,2	4,0	1,8	1,3
2006	67,2	25,2	4,3	2,0	1,3
2007	66,1	26,0	4,4	2,1	1,5
2008	63,8	28,0	4,5	2,2	1,5
2009	62,0	29,3	4,8	2,2	1,6
2011	60,1	31,1	4,9	2,1	1,8
2012	57,3	33,3	5,4	2,4	1,7
2013	55,7	34,7	5,1	2,5	1,9
2014	53,7	36,0	5,5	2,6	2,1

Fonte: Elaboração própria com os dados do: Retratos das desigualdades de gênero e Raça do Ipea

A partir da leitura das Tabela 1 e Tabela 2, é possível observar como cresceu a mudança nos hábitos de formação familiar, antes centrada na figura paterna como chefe, passando para o papel das mulheres, principalmente nos onze anos referentes a vigência do PBF, o que aponta ao fato de que ao conseguirem mais renda as mulheres estão conseguindo sim se tornarem mais autônomas e livres para decidirem sobre si mesmas e sobre suas famílias, uma incipiente revolução contra os moldes patriarcais aos quais as mulheres viveram e continuam vivendo, além de estarem sendo favorecidas pelos moldes das políticas públicas de transferência de renda, que abarcam não apenas questões financeiras, mas favorecem um aumento de seus conjuntos capacitários, essenciais para o desenvolvimento humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise aqui realizada pudemos observar que mesmo desde os períodos mais bárbaros das sociedades, sendo reprimidas pelos homens e colocadas em segundo plano, as mulheres estão conseguindo pouco a pouco mudar seus papéis na sociedade, e principalmente sua autonomia sobre si mesma, acarretando mudanças de hábitos enraizados, ou até mesmo institucionalizados.

As mulheres no Brasil passam por um processo de “revolução” contra o patriarcado, e isso é visível pela crescente agenda feminista que busca equidade e igualdade entre os gêneros, muito se avançou, mas muito ainda falta, uma vez que mesmo mais autônomas as mulheres ainda vivem um cenário de privações e violências domésticas.

Essas mudanças estão ocorrendo, no Brasil, graças a uma agenda de mudanças implementadas pelas políticas públicas, que por mais críticas que recebam quanto a sua efetividade, conseguiu reduzir consideravelmente a pobreza extrema, e deu um novo formato as relações familiares.

A duras penas as políticas públicas no Brasil avançam (ou avançavam) para um cenário de diminuição das desigualdades sociais, principalmente para a eliminação da pobreza extrema, e conjuntamente para a expansão do caráter de agente das mulheres ao elevarem sua autonomia ao fornecerem não apenas o auxílio financeiro mas ao exigir as contrapartidas na saúde e na educação.

Ainda que sejam positivas as visões aqui apresentadas, a avaliação e formulação de políticas públicas não podem estacionar, é preciso manter o diálogo com as mulheres sobre todas as possíveis formas de diminuir as disparidades com os homens, sejam em espaços públicos como representantes, seja no meio familiar, como membros tão importantes quanto, mas além de tudo deve-se buscar entender quais as principais privações que as mulheres continuam sofrendo.

É necessário, e aqui sugerido, que se realizem pesquisas de campo sobre como o PBF afetou a vida das mulheres, em diversos aspectos, e não apenas sobre a questão da chefia familiar, ou taxa de fecundidade aqui trabalhadas, ou sobre a escolaridade das crianças

beneficiárias, uma vez que esses dados encontram-se dispostos nos sítios eletrônicos, mas identificar o atual quadro das beneficiárias quanto a suas capacitações, uma vez que as contrapartidas ainda se limitam as obrigações com as crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retratos das desigualdades de Gênero e Raça**. Disponível em : <<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>> . Acesso em 10 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Bolsa Família**. 2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>> . Acesso em : 10 de dezembro de 2016.

CAMPELLO, Tereza. **Uma Década Derrubando Mitos E Superando Expectativas** . in CAMPELLO, Tereza. CÔRTEZ, Marcelo. (Org.) Programa *Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília : Ipea, 2013.

REGO, Walquiria Leão. PIZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. *Apud* . MELO, Rúrion. **Resenha de Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. Cadernos de Filosofia Alemã.| v. 19; n. 1 | pp. 213-221.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. (2000).

SEN, Amartya K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record. (2001).

SEN, Amartya K. **Development as Capability Expansion**. 1993. Disponível em : [http://morgana.unimore.it/Picchio\\_Antonella/Sviluppo%20umano/sviluppo%20umano/Sen%20development.pdf](http://morgana.unimore.it/Picchio_Antonella/Sviluppo%20umano/sviluppo%20umano/Sen%20development.pdf)>. Acesso em : 5 de dezembro de 2016.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983[1899].

VEBLEN, Thorstein. **The Barbarian Status of Women**. The American Journal of Sociology, Volume 4. Disponível em : <<https://archive.org/details/jstor-2761730>> . Acesso em 4 de dezembro de 2016.

VEBLEN, Thorstein. **Why is Economics not an evolutionary science?** In: VEBLEN, T. *The place of science in modern civilization and other essays*. New York: Russel & Russel, 1961[1898], p. 56-81.

